



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

RESOLUÇÃO N. 35 DE 30 DE SETEMBRO DE 1988

Dispõe sobre a aplicação do art. 2º do Decreto-lei n. 2.475, de 14 de setembro de 1988, aos servidores da Administração Federal direta e indireta à disposição do Tribunal Federal de Recursos.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido em sessão de 28 de setembro de 1988, pelo Conselho de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º – Os servidores da Administração Federal direta e indireta que, na data da publicação do Decreto-lei n. 2.475, de 14 de setembro de setembro de 1988, se encontravam à disposição do Tribunal Federal de Recursos, poderão ser redistribuídos para o referido órgão, mediante opção a ser manifestada no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. Equiparam-se à Administração Federal direta, para os efeitos desta Resolução, os órgãos da Justiça Federal, Comum e Especializada, de qualquer instância.

Art. 2º - A redistribuição far-se-á no respectivo cargo ou emprego ocupado pelo servidor no órgão de origem.

§ 1º Se o cargo ou emprego a ser redistribuído do órgão de origem for diverso daquele existente no Plano de Classificação dos Cargos e Empregos do Tribunal, a redistribuição far-se-á mediante transformação daqueles em categoria funcional do referido Plano, cujas atribuições guardem correlação com as desempenhadas na origem, observada a formação profissional e o nível de escolaridade.

§ 2º O regime jurídico dos servidores redistribuídos será o do cargo ou emprego que passarão a ocupar no Tribunal.

§ 3º Na transformação referida no § 1º deste artigo o servidor redistribuído, de nível superior, que perceber vencimentos ou salários superiores ao da última referência da categoria de Técnico Judiciário a que for localizado, será automaticamente nela enquadrado.

§ 4º Na hipótese de o servidor redistribuído estar percebendo remuneração superior à resultante da transformação, ser-lhe-á assegurada diferença individual, como vantagem pessoal nominalmente identificável, sobre a qual incidirão os reajustes gerais de vencimento ou salário.

§ 5º Ficam garantidas, também, como diferença individual as vantagens que o servidor vinha percebendo, em razão do Plano ao qual pertencia, excluindo-se as gratificações e indenizações não permanentes constantes do parágrafo seguinte.

§ 6º Excluem-se do cálculo da remuneração as gratificações por encargo de curso ou concurso, de periculosidade, de trabalho em raio X ou substância radioativa, de insalubridade, de interiorização, pela prestação de serviços extraordinários, pelo exercício em determinadas zonas ou locais, especial de localidade, de cargos e funções comissionados, de funções gratificadas e de confiança, natalina, de auxílio moradia e as constantes dos artigos 32 e 33, do Plano único aprovado pelo Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987.

Art. 3º Efetivada a redistribuição, o servidor passa a fazer jus aos reajustes de vencimento ou salário na mesma data base dos servidores incluídos no correspondente Plano, observados os critérios estabelecidos pelo Decreto-lei n. 2.425, de 07 de abril de 1988.

Art. 4º Os servidores redistribuídos na forma do § 1º do art. 2º desta Resolução serão localizados na primeira referência da classe inicial da categoria funcional que passarem a ocupar, reposicionados em uma referência para cada 12 (doze) meses de efetivo exercício no cargo ou emprego ocupado no órgão de origem.

Art. 5º As redistribuições efetivar-se-ão por Ato do Ministro Presidente no qual constará a identificação dos servidores redistribuídos, dos órgãos de origem e dos respectivos cargos ou empregos que passarem a ocupar.

Art. 6º Efetivada a redistribuição o Tribunal encaminhará, aos órgãos de origem, relação dos servidores redistribuídos e solicitará o extrato completo dos respectivos dossiês.

Art. 7º A Subsecretaria de Pessoal da Secretaria deste Tribunal tomará todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento desta Resolução.

Art. 8º Os efeitos financeiros desta Resolução vigorarão a partir do 1º dia do mês seguinte ao que ocorrer a redistribuição.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Extinto TFR

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.CUMPRA-SE.

MINISTRO EVANDRO GUEIROS LEITE

PRESIDENTE